

TSE libera Mauricio Corrêa



Mauricio Corrêa

O Tribunal Superior Eleitoral concedeu, por unanimidade, a elegibilidade ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), Mauricio Corrêa, candidato pelo PDT a uma cadeira no Senado Federal. A decisão foi tomada ontem de madrugada, em sessão em que foram julgados 31 processos de registro de candidatos.

Além de ocupar a presidência da OAB, pesava contra Mauricio o fato de ser também presidente da instituição criada pela Ordem para prestar assistência jurídica a pessoas carentes. O recorrente, convencional que integrou a convenção que lançou a

candidatura de Mauricio Corrêa, Almiro da Costa Botelho, pediu recurso contra a decisão do TRE que deferiu o registro do candidato, por achar que ele teria que se desincopabilizar num prazo de seis meses da presidência da OAB.

Almiro Botelho alegou também que a instituição dirigida pela OAB era subvencionada pelo GDF. Mas o Tribunal Superior Eleitoral entendeu que ele é elegível porque a instituição de assistência jurídica não é subvencionada pelo GDF, embora trabalhe com algumas viaturas prestadas pelo GDF e ocupe algumas de suas instalações.

Já o candidato Ivo Noal teve seu registro cassado pelo TSE. Ele era candidato a uma cadeira na Câmara Federal, por São Paulo, e concorreria pela legenda do PDT. Mas o TSE julgou inelegível o registro do candidato, contrariando a decisão do TRE que deferiu o registro. As certidões criminais do registrado informaram 35 distribuições, sendo duas de inquéritos policiais por infração ao artigo 58 da Lei das Contravenções Penais, ambas arquivadas, e 33 processos criminais, sendo 31 por infração aos artigos 58 da LCP, dos quais resultaram quatro condenações e 27 absolvições.

"Aparecido quer é defender o seu mandato"

Ele tem-se comportado como um verdadeiro Franco atirador. E assim, escudado pela imagem mítica do seu líder máximo, o governador Leonel Brizola, que o presidente licenciado da OAB/DF, Mauricio Corrêa, atirando em todas as direções que tenham como alvo empresários, o governador José Aparecido e o governo federal, está perseguindo uma das três vagas ao Senado por Brasília. E esta tática, colocada em prática sempre durante os poucos minutos que dispõe nos horários de propaganda gratuita no rádio e TV, e mesmo nos comícios, que lhe tem rendido bom resultados. Tanto que, hoje, cultiva a certeza de já estar nos calcanhares dos grandes líderes das pesquisas de opinião.

Nesta entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, o candidato pelo PDT ao Senado ataca novamente. E com um só tiro, acerta seus grandes concorrentes — os empresários Osório Adriano, Meira Filho e Pompeu de Souza — e o governador José Aparecido. Denunciando sistematicamente o abuso do poder econômico nas campanhas, Mauricio Corrêa afirma que o governador do DF "tem indiscutível interesse na eleição destes candidatos, com a intenção de formar um bloco de sustentação parlamentar que servirá para defender o seu mandato". Este bloco, segundo Mauricio Corrêa, atuará defendendo os interesses políticos de José Aparecido depois que perdesse o mandato do GDF.

Ele não admite que o PDT viva, hoje, uma dissidência interna gerada a partir da convenção do partido, quando seu nome foi escolhido para o Senado, deixando de fora Paulo Timm, que já vinha trabalhando sua candidatura muito tempo antes da realização da convenção. "Hoje o partido está harmônico e a grande maioria dos candidatos que ficaram de fora está retornando para trabalhar na campanha" garante.

A imagem do líder Leonel Brizola é uma constante na campanha de Mauricio Corrêa. Ele entretanto, lamenta que para uma grande maioria "Brizola ainda é um estorvo", pois, reconhece, isto atrapalha a campanha do PDT em nível nacional.

O senhor é acusado de ter "puxado o tapete" de Paulo Timm na época da convenção do PDT. Como está a convivência com a ala liderada por ele, hoje, dentro do partido?

— Eu já era filiado ao PDT na época da realização da primeira convenção do partido, inclusive quem assinou minha ficha foi o Brizola, lá na Câmara dos Deputados. Eu não tenho dissidência com ninguém dentro do partido e considero que política é a luta

constante para a conquista de espaços. Pela própria liderança que eu já havia conquistado junto aos advogados e no meio político, os companheiros que foram escolhidos para integrar a comissão provisória me convidaram para ser o presidente do PDT no Distrito Federal. Então o que houve foi a conquista de espaço através de uma convenção democrática. Havia mais candidatos do que vagas, uns perdera e eu fui um dos escolhidos. Hoje o partido está harmônico, sem divergências e a grande maioria dos candidatos, que ficaram magoados por terem ficado de fora, hoje estão retornando para trabalhar na campanha do partido, acabando com o mal-estar gerado exatamente porque não se podia abrigar todo mundo.

O PDT integra a Comissão de Ética para fiscalizar o abuso do poder — Realmente há um excesso de gastos no DF. Há candidatos do PMDB e PFL que montaram verdadeiros bunkers para movimentar suas campanhas. Estes conseguem pintar 100 carros de propaganda por dia,

“
Aparecido tem indiscutível interesse na eleição de candidatos de poder econômico mais forte, que são os do PMDB e do PFL
”

enquanto que não consegui pintar mais de 50 em toda minha campanha, não tinha condições de pagar cerca de 500 cruzados para preparar cada veículo. Alguns destes candidatos do PMDB e PFL seguramente já gastaram muito mais dinheiro que o Múcio Athayde, que teve sua candidatura impugnada justamente por ter esbanjado poder econômico. Então me parece que uma providência de natureza jurídica seja correta neste momento para questionar certas candidaturas.

Mas aqui em Brasília, esta questão do abuso de poder econômico, é mais grave que nos outros estados?

— Eu tenho informações de que nos demais estados isto também acontece. Mas aqui em Brasília eu acredito que haja um interesse redobrado em se preservar certas candidaturas que representam o poder econômico. Eu não tenho dúvidas de que o governador José Aparecido tem indiscutível interesse na eleição de candidatos de poder econômico mais forte, que são os do PMDB e PFL, com a intenção de formar um bloco

parlamentar que servirá para sustentar e defender o seu mandato. Sem mandato, depois do dia 15 de novembro, se ele perder o governo do Distrito Federal, vai ficar tudo muito difícil pra ele. Ele inclusive já disse que "um político sem mandato é um soldado sem fuzil". E eu acho que ele ainda não pretende ensaiar o seu fuzil.

Quais seriam estes candidatos?

— Para o Senado, pelo PMDB, o Lindberg Aziz Cury, Meira Filho e Pompeu de Souza, pelo PFL, o empresário Osório Adriano e Benedito Domingos. Por parte dos deputados, todos têm visto o apoio declarado a Márcia Kubitschek, Valmir Campelo, Geraldo Campos e Maria de Lourdes Abadia. Estes formariam um bloco parlamentar para defender os interesses políticos do governador José Aparecido até quando lhe conviesse.

O senhor tem informações se algum candidato estaria sendo beneficiado pela máquina estatal, inclusive com financiamentos em bancos oficiais?

— O que eu sei é que alguns empresários estão sendo arregimentados em Brasília, com reuniões em casas do Lago, regadas a Uisque, e outros estão sendo procurados por autoridades do GDF para ajudar alguns de seus candidatos.

Há um grande número de candidatos-empresários entre os favoritos, sem tradição política. Brasília poderá ter a bancada mais fraca da Constituinte?

— Nós já temos um vício de origem, que é a convocação da Constituinte congressual. E em Brasília, as preocupações e propostas dos candidatos estão sendo delineadas em cima de aspectos regionais da comunidade. Mas em Brasília, onde nunca houve eleições, enfrentamos dificuldades diante do grande número de pedidos, que vão desde passagens interestaduais até aviação de receitas, pagamento de contas de água e luz, e materiais de construção. E temos sempre de explicar que o problema não é este, que seremos eleitos para uma Assembléa Nacional Constituinte, que é o que de mais importante há no nosso campo legal. Com relação a os candidatos-empresários, quero dizer que não sou, por maneirismo, contra sua classe.

Não tenho indisposição orgânica ou congênita contra empresários e até acho que eles também podem participar da Constituinte. O que censuro, é que eles resolveram investir como se fossem os donos do eleitorado de Brasília, como se fossem as únicas fontes capazes de resolver nossos problemas. Há um único candidato — o Álvaro Costa, do PSB — que não está com grupos econômicos ou

o governo apoiando sua campanha, os demais que lideram as pesquisas estão todos comprometidos e não vão defender propostas que também defendemos, como a reforma agrária, o questionamento da remessa de lucros ao estrangeiro, a promoção de mudanças nas áreas de saúde, transporte, alimentação ou educação. Eles serão incapazes de efetuar propostas progressistas neste sentido, de serem constituintes independentes, capazes de arrancadas para ajudar a elaborar uma Carta Constitucional duradoura.

Como advogado, o senhor defende uma Constituição mais ampla, ou mais sintética, como o modelo americano?

— Defendo uma Constituição mais sintética, porque uma Constituição deve conter apenas conceitos e não generalidades. Mas estes conceitos devem ser bem definidos, é claro, para que as leis ordinárias que serão elaboradas com base nestes conceitos possam representar o texto constitucional. Esta Constituição deve dizer, por exemplo: "É proibido pisar na grama". E este conceito tem de ser respeitado para que todas as leis que nasçam daí sejam obedecidas.

E com relação ao governo de Brasília. A Comissão do DF no Senado deverá continuar legislando sobre a administração da cidade ou deve ser extinta?

— Eu tenho me preocupado muito com isso. Primeiro, porque tem aparecido muitas propostas esdrúxulas neste sentido. Quando se fala em repensar o GDF, é preciso examinar isso com muita cautela, não criando o Estado de Brasília, não é fazendo uma Assembléa Legislativa para atender a clientela eleitoral. A Assembléa Legislativa pressupõe a existência de um governo autônomo. Nós temos primeiro de conceber na constituinte a criação de eleições diretas para a escolha do governador do DF, autonomia tributária e, aí sim, podemos ter uma Assembléa Legislativa. Nesta fase entre a Constituinte e a promulgação da Constituição, nós teremos de acabar de vez com a Comissão do DF no Senado, que sempre

tuição deve dizer, por exemplo: "É proibido pisar na grama". E este conceito tem de ser respeitado para que todas as leis que nasçam daí sejam obedecidas.

E com relação ao governo de Brasília. A Comissão do DF no Senado deverá continuar legislando sobre a administração da cidade ou deve ser extinta?

— Eu tenho me preocupado muito com isso. Primeiro, porque tem aparecido muitas propostas esdrúxulas neste sentido. Quando se fala em repensar o GDF, é preciso examinar isso com muita cautela, não criando o Estado de Brasília, não é fazendo uma Assembléa Legislativa para atender a clientela eleitoral. A Assembléa Legislativa pressupõe a existência de um governo autônomo. Nós temos primeiro de conceber na constituinte a criação de eleições diretas para a escolha do governador do DF, autonomia tributária e, aí sim, podemos ter uma Assembléa Legislativa. Nesta fase entre a Constituinte e a promulgação da Constituição, nós teremos de acabar de vez com a Comissão do DF no Senado, que sempre

só se prestou para homologar nomes de governadores e servir de veículo para pedidos de emprego no GDF e para o encaminhamento das pretensões do secretariado. Os senadores e deputados de Brasília deveriam formar uma comissão mista que serviria para fiscalizar os atos do governo. Daí por que nós temos uma grande preocupação em que a oposição também esteja representada neste Congresso, para defender os interesses do DF. Do contrário, nós teremos a participação do PMDB e PFL apenas para homologar os atos do atual governador e seguramente lutar para que ele continue.

O PDT tem sua maior base, é melhor estruturado no Rio de Janeiro. Se o Darcy Ribeiro perder esta eleição, acaba o domínio do brizolismo? O partido pode morrer?

— O Brizola é um homem de sete fôlegos. Ele tem a capacidade de reaglutinar forças e se recompor com muita facilidade. Mesmo assim eu não acredito numa derrota do Darcy, apesar de todas as forças estarem unidas contra o Brizola. Agora, se acontecer o contrário, isto não seria problema porque Brizola tem um grande poder de persuasão e persistência, além de ser extremamente obstinado. O seu programa não é voltado apenas para o Rio de Janeiro, mas com vistas à reconstrução econômica e social do Brasil.

Em nível nacional, a imagem do Brizola, o seu comportamento, tem ajudado ou atrapalhado a campanha do PDT?

— Ele é um estadista da mais alta categoria. Veio o Plano Cruzado e ele teve a coragem de assumir uma postura crítica, a delicada posição de ser contrário a este plano, por causa dos reflexos que traria aos assalariados, trabalhadores e funcionários públicos. Por causa da indústria da comunicação formada pelas grandes redes, o Brizola ficou numa posição muito difícil. É claro que, para uma grande maioria, o Brizola ainda é estorvo, neste aspecto atrapalha a campanha do PDT. Mas há uma minoria consciente que acha que ele é que está certo, e isto tem nos ajudado.

Ele chegou a ensaiar um confisco de bens no Rio, mas o governo federal saiu na frente. Isso foi mais um jogo de cena do governo Sarney para salvar o prestígio do Plano Cruzado?

— Lamentavelmente, eu não tenho dúvida que sim. O Plano Cruzado tem conseguido debelar aquela onda da especulação e correção monetária. Agora, passada esta fase de impacto inicial, as medidas tomadas posteriormente todas foram revestidas de caráter demagógico.